SIMULADO TRF-3

Estratégia
CONCURSOS

Simulado Especial – Direito das Pessoas com Deficiência

TRF 3ª REGIÃO

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO ESPECIAL

1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRF;

*2 – A prova contém **15 questões** que abordam temas de Direito das Pessoas com Deficiência cobrados nos últimos editais do TRF3;*

3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelo Prof. Ricardo Torques com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas A, B, C, D e E.

4 – Este PDF foi enviado por e-mail e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;

5 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;

*6 – **A partir das 19h, o Prof. Ricardo Torques iniciará a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube**. Ele resolverá todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.*

9 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - http://bit.ly/Simulado-TRF3-23-10

01 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
02 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
03 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
04 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
05 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
06 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
07 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
08 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
09 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
10 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
11 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
12 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
13 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
14 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
15 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ

Direito das Pessoas com Deficiência

01. Considere as seguintes assertivas:

I. Considera-se pessoa com deficiência aquela que possui qualquer impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

II. Incumbe ao Poder Executivo criar instrumentos para a avaliação da deficiência.

III. Considera-se desenho universal a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, excluídos os recursos de tecnologia assistiva.

IV. Entende-se por mobiliário urbano quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico.

Nos termos da Lei 13.146/2015, está CORRETO o que consta em:

a) II apenas.

b) I, II, III e IV.

c) II e IV.

d) I e III.

e) II, III e IV.

02. Analise a seguinte situação hipotética: Pedro, Juiz Federal do TRF3, realizava a oitiva da testemunha Maria, pessoa com deficiência, que narrou sofrer maus tratos por parte de seu tio, Carlos, que coabita com ela. Nesse caso, considerando o disposto, o magistrado

a) deverá comunicar os fatos ao Delegado de Polícia, requisitando a instauração imediata de Inquérito Policial.

b) não deverá tomar atitude alguma, considerando o princípio da inércia da Jurisdição

c) deverá remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

d) deverá determinar, de ofício, o afastamento de Carlos do lar de Maria.

e) deverá intimar o Ministério Público para se manifestar nos autos no prazo de 15 dias.

03. Considere a situação hipotética a seguir: João, pessoa com deficiência, é qualificado como interessado em um procedimento administrativo tramitando na Prefeitura de São Paulo. Certo dia, João foi intimado a comparecer à sede administrativa para prestar esclarecimentos. Nessa situação, nos termos da Lei 13.146/2015, João

a) não terá direito ao atendimento prioritário, uma vez que esse benefício somente é garantido na tramitação de procedimentos judiciais.

b) não teria direito ao atendimento prioritário, uma vez que esse benefício somente é garantido às partes do processo, e não aos interessados.

c) terá direito ao atendimento prioritário, desde que faça o requerimento em formulário próprio, com cinco dias de antecedência.

d) terá direito ao atendimento prioritário, independentemente de ser parte ou interessada, e o benefício se aplicará a todos os atos e diligências.

e) terá direito ao atendimento prioritário, desde que fique comprovada a necessidade.

04. Considerando as disposições da Lei 13.146/2015 acerca do Direito à Educação da Pessoa com Deficiência, assinale a medida que descreve uma medida que não deverá ser obrigatoriamente efetivada por instituições privadas de educação:

a) sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.

b) pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva.

c) oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.

d) articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

e) acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas

05. Julgue a seguinte situação hipotética: Paulo, dono de um grande supermercado, pretende construir um estacionamento em um terreno ao lado de sua loja para atrair mais clientes. Considerando que serão disponibilizadas 150 vagas para os clientes, o número de vaga a ser reservadas para veículos que transportem pessoas com deficiência, nos termos da Lei 13.146/2015, é de:

a) 6 vagas.

b) 4 vagas.

c) 1 vaga.

d) 3 vagas.

e) 5 vagas.

06. Acerca das disposições da Lei 13.146/2015 concernentes à acessibilidade, assinale a alternativa correta:

a) Os fornecedores devem disponibilizar, mediante solicitação, exemplares de bulas, prospectos, textos ou qualquer outro tipo de material de divulgação em formato acessível.

b) É assegurado à pessoa com deficiência, independentemente de solicitação, o recebimento de contas, boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível.

c)O poder público deve assegurar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras.

d) Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público poderá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis.

e) Os programas, as linhas de pesquisa e os projetos a serem desenvolvidos com o apoio de agências de financiamento e de órgãos e entidades integrantes da administração pública que atuem no auxílio à pesquisa podem contemplar temas voltados à tecnologia assistiva.

07. Acerca da Habilitação Profissional e Reabilitação da Pessoa com Deficiência, é possível afirmar, nos termos da Lei 13.146/2015, que:

a) a habilitação profissional pode ocorrer em empresas por meio de prévia formalização do contrato de emprego da pessoa com deficiência, que será considerada para o cumprimento da reserva de vagas prevista em lei, desde que por tempo determinado e concomitante com a inclusão profissional na empresa, observado o disposto em lei própria.

b) não é possível a habilitação profissional em empresas, devendo esta ocorrer por meio da iniciativa pública ou por entidades sem fins lucrativos.

c) a habilitação profissional pode ocorrer em empresas por meio de prévia formalização do contrato de emprego da pessoa com deficiência, que será considerada para o cumprimento da reserva de vagas prevista em lei, desde que por tempo determinado e concomitante com a inclusão profissional na empresa, observado o disposto em regulamento.

d) a habilitação profissional pode ocorrer em empresas por meio de prévia formalização do contrato de emprego da pessoa com deficiência, que será considerada para o cumprimento da reserva de vagas prevista em lei, desde que por tempo indeterminado e concomitante com a inclusão profissional na empresa, observado o disposto em regulamento.

e) a habilitação profissional pode ocorrer em empresas por meio de prévia formalização do contrato de emprego da pessoa com deficiência, que será desconsiderada para o cumprimento da reserva de vagas prevista em lei, desde que por tempo determinado e concomitante com a inclusão profissional na empresa, observado o disposto em lei própria.

08. Prevê a Lei 13.146/2015 que a conduta de Reter ou utilizar cartão magnético, qualquer meio eletrônico ou documento de pessoa com deficiência destinados ao recebimento de benefícios, proventos, pensões ou remuneração ou à realização de operações financeiras, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem é um crime, cuja pena em abstrato é de:

a) reclusão, de 6 meses a 2 anos.

b) detenção, de 6 meses a 1 ano.

c) reclusão, de um a quatro anos.

d) detenção, de 1 a quatro anos.

e) detenção, de 6 meses a 2 anos.

09. Considere as seguintes assertivas:

I. Em casos de relevância e urgência e a fim de proteger os interesses da pessoa com deficiência em situação de curatela, será lícito ao juiz, dispensada a oitiva Ministério Público, de ofício ou a requerimento do interessado, nomear, desde logo, curador provisório, o qual estará sujeito, no que couber, às disposições do Código de Processo Civil .

II. A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e terá o prazo de dois anos, prorrogáveis por igual período.

III. Os curadores são obrigados a prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano.

IV. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

Nos termos da Lei 13.146/2015, está CORRETO o que consta em:

a) I, II e IV.

b) I e III.

c) I, III, IV.

d) I, II, III e IV.

e) III e IV.

10. Considerando as disposições da Lei 13.146/2015 acerca do direito à saúde da pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta:

a) Os casos de suspeita ou de confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

b) São vedadas todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, ressalvada a cobrança de valores diferenciados por planos e seguros privados de saúde, em razão de sua condição, no caso de tratamentos especializados.

c) As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar atendimento psicológico, tanto para a pessoa com deficiência quanto para os familiares, excluídos os atendentes pessoais.

d) Considera-se violência contra a pessoa com deficiência apenas a ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que lhe cause morte ou dano ou sofrimento físico.

e) É vedado, em qualquer caso, que a instituição de saúde proíba o direito de acompanhante ou atendente pessoal à pessoa com deficiência.

11. Considerando as disposições da Lei 13.146/2015, é CORRETO afirmar que:

a) o poder público desenvolverá plano específico de medidas concernentes à tecnologia assistiva, o qual será renovado a cada 5 anos.

b) a fim de facilitar a participação da pessoa com deficiência na vida pública e política, a 13.146/2015 autorizou a instalação de seções eleitorais exclusivas para Pessoas com Deficiência.

c) o dispositivo da Lei 13.146/2015 que prevê a reserva de 10% dos veículos das frotas de empresas de táxi como acessíveis às pessoas com deficiência ainda não foi regulado pelo Poder Executivo.

d) o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão) será administrado pelo Poder Executivo Federal.

e) para fins de proteção da pessoa com deficiência, são considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher, o idoso, e o enfermo, com deficiência.

12. Considere a seguinte situação. Marcos, de 64 anos de idade, portador de doença grave, comparece a uma das Varas Criminais do TRF3 para requerer uma certidão criminal. Ao perceber que havia um grande número de pessoas aguardando atendimento no local, Marcos requisitou preferência de atendimento a um funcionário do TRF3, que negou o pedido alegando ausência de previsão legal. Considerando APENAS as disposições da Lei nº 10.048/2000, o funcionário do TRF3:

a) agiu incorretamente, pois as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 65 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo, os obesos e os portadores de doença grave terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.

b) agiu incorretamente, pois as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.

c) agiu corretamente, pois apenas as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 65 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.

d) agiu incorretamente, pois as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas com crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.

e) agiu corretamente, pois a Lei nº 10.048/2000 só se aplica ao Poder Executivo Federal, não havendo sua incidência no Poder Judiciário.

13. Considere as seguintes assertivas:

I. No caso de descumprimento de normas referentes à adaptação de veículos de transporte coletivo, será aplicada às concessionárias de serviço público a multa de R$ 500,00 a R$ 2.500,00, por veículo, elevando-se a pena ao triplo no caso de reincidência

II. As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos

III. Os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público e privado, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência.

IV. É assegurada, em todas as instituições financeiras, a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos

Nos termos da nº 10.048/2000, está CORRETO o que consta em:

a) II, III e IV.

b) I, II, III e IV.

c) I e IV.

d) III e IV.

e) II e IV.

14. Considere a seguinte situação hipotética: o município de São Paulo está organizando um grande evento musical a ser realizado no final do ano. Para isso, foi planejada a instalação de 200 banheiros químicos nas ruas próximo ao evento. Considerando o disposto na Lei 10.098/2000, o número de banheiros químicos acessíveis deverá ser de:

a) 20 banheiros.

b) 40 banheiros.

c) 10 banheiros.

d) 5 banheiros.

e) 15 banheiros.

15. Analise os itens a seguir e assinale a alternativa que se encontra consonância com o disposto na Lei 10.098/2000:

a) Os centros comerciais e os estabelecimentos congêneres devem fornecer carros e cadeiras de rodas, necessariamente motorizados, para o atendimento da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

b) Nas áreas externas ou internas da edificação de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente ou temporária.

c) Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

d) Todos os acessos ao interior de edificações de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão estar livres de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

e) Os edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ter 10% de seus banheiros acessíveis, garantindo-se pelo menos uma unidade acessível caso a aplicação do percentual resulte em fração inferior a um.

Preencha o Gabarito!

http://bit.ly/Simulado-TRF3-23-10

Aulão Presencial TRF-3 (30/11)

Garanta seu ingresso!

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!